



VIVA UMA NOVA
EXPERIÊNCIA
financeira
RELATÓRIO ANUAL 2022

Índice

3	4	Editorial	12	13	14	Retrospectiva de eventos
5	Lideranças	15	16	Interesse pela comunidade		
6	7	Reinauguração Taquaritinga	17	Ações comerciais		
8	9	10	Nossa Equipe	18	Conquistas	
11	Campanha de Integralização	19	a	63	Relatórios	

Expediente

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Sicoob Cooperac

Diretor-presidente:
Cesar Augusto Campezo Neto

Aprovação do conteúdo:
Amanda Francine de Oliveira
Carvalhaes, diretora administrativa

Jornalista responsável pelo material institucional:
Letícia Tozetti – MTB 31602

Demonstrativos Contábeis:
CONAUD

Projeto Gráfico:
Maysa Martho

Tiragem: 600 exemplares

Impressão: RiberGráfica

Abril 2023

MENSAGEM DO PRESIDENTE

CRESCIMENTO SÓLIDO GERA BONS RESULTADOS E GARANTE *nossa expansão*

Caros cooperados,

Aqui estamos para celebrar as grandes conquistas com todos que fazem parte desta história e avaliar os resultados de nossa cooperativa durante o ano de 2022, que foi muito dinâmico, incerto, repleto de decisões importantes, e ações que potencializaram os benefícios para os quase 9 mil cooperados.

Nesses 16 anos, agradecemos a Deus por ter nos sustentado, aos cooperados pela confiança e reciprocidade, aos colaboradores pelo atendimento consultivo e humanizado e, aos dirigentes, que asseguram o cumprimento do propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Algumas dificuldades econômicas que se instalaram em 2022 exigem constante comprometimento e flexibilidade. A alta da Selic, atualmente em 13,75%, impacta diretamente em nossos negócios e gera instabilidade para a tomada de decisão de empresários e das famílias. A economia está com o sinal de alerta ligado, dificultando investimentos e exigindo ainda mais disciplina para honrar os compromissos financeiros.

Mas, mesmo diante deste cenário repleto de desafios, é com grande satisfação que comunicamos uma captação recorde, o que comprova a credibilidade da Cooperac, que não visa lucro, mas depende de saúde financeira para cobrir suas despesas, expandir os negócios, garantir a excelência

na prestação de serviços e um portfólio diversificado de serviços.

Os frutos de 2022 mostram que superamos o orçamento em 170%, já descontada a excelente remuneração do capital dos nossos cooperados, em 100% da Selic, decisão tomada pelo Conselho de Administração, e que gerou grande satisfação. É como no cooperativismo os bons resultados são partilhados, os cooperados na assembleia decidem a forma de rateio.

Com o Fundo de Expansão aprovado em assembleia realizamos uma grande reforma na agência de Taquaritinga, ficou maravilhosa, trouxe mais conforto aos nossos cooperados e colaboradores. E em Luiz Antônio, onde somos a única cooperativa, desde 2021, continuamos firmes propagando a justiça financeira para toda a comunidade. As agências de Ribeirão estão ganhando cada vez mais destaque, mesmo em meio a diversas outras cooperativas, somos reconhecidos por prezar em manter a essência do cooperativismo, com um atendimento acolhedor e igualitário.



Foto: Fábio Melo

Cesar Augusto Campezo Neto

Diretor-presidente do
Sicoob Cooperac



E novos desafios se aproximam. No primeiro semestre de 2023 o Sicoob Cooperac vai inaugurar mais uma agência, desta vez em Bonfim Paulista, para atender pessoas e empresas nesta região pujante. A abertura deste novo posto de atendimento foi aprovada após a realização de um minucioso estudo mercadológico realizado pelo Sicoob Central Cecresp.

Cabe citar que somos uma das poucas cooperativas que implantaram diversas ações que turbinaram o acúmulo de pontos Coopera, aí é só entrar no Shopping Virtual do Sicoob e aproveitar.

E ainda tem o selo conquistado em 2022, fomos certificados pelo GPTW, uma das melhores empresas para trabalhar, não é à toa que temos uma equipe muito elogiada pelos cooperados. Nossos colaboradores são comprometidos, felizes por pertencer e engajados em prestar o melhor atendimento.

Ressalto que também reestruturamos a equipe do administrativo que, através do suporte às agências em diversas áreas, como cadastro, crédito, seguros, financeiro, jurídico, business intelligence, prestam

apoio para que as equipes fiquem mais disponíveis a atender de forma consultiva e atenciosa.

E para encerrar o ano, com chave de ouro, inauguramos o Canal de Apoio ao Cooperado, que tem uma equipe treinada para atender com rapidez, via whatsapp, aquelas demandas operacionais do dia a dia.

Afirmamos aqui o compromisso em nos mantermos sempre atentos às tendências mundiais, e nacionais, que norteiam a expansão e o fortalecimento do cooperativismo financeiro.

*Cooperados, colaboradores,
dirigentes e sistema Sicoob,
juntos vamos mais longe.*



A união de forças do cooperativismo permite a construção de comunidades mais justas, equilibradas e felizes. Juntos fazemos a diferença!

Antonio Luiz de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Foto: Fábio Melo

LIDERANÇAS

ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

O ponto central do cooperativismo é a união de forças. E aqui na Cooperac não é diferente.

Por trás de todas as ações divulgadas nos canais de comunicação, aqui no Relatório Anual de Gestão, e no dia a dia das agências da Cooperac, está uma equipe atuante e comprometida.

Nas assembleias gerais os cooperados discutem e votam assuntos relevantes para o futuro da cooperativa, participando das tomadas de decisões. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas e a Diretoria Executiva cumpre as diretrizes fixadas.

Ao Conselho Fiscal cabe a fiscalização dos atos administrativos e a verificação do cumprimento dos deveres legais e estatutários.

O Conselho Administrativo foi renovado, conta agora com nove membros, e é formado por empresários renomados de Ribeirão Preto.



Diretoria Executiva

Foto: Fábio Melo

Em 2022 a diretoria executiva formada por Maurício Donizeti, Amanda Francine e Cesar Campezo foi reeleita para mais quatro anos de trabalho.



Conselho Fiscal

Foto: Fábio Melo

Márcio Pessolo dos Santos, Moisés de Souza Andrade e Fernando Antonio Ramalheiro



Conselho Administrativo

Em pé: Valério Veloni, Antonio Luiz de Oliveira, Alselmo José Buosi, Dorival Luiz Balbino de Souza, Paulo Tadeu Rivalta de Barros e Paulo César Garcia Lopes.

Sentados: Sandra Brandani Picinato, Cristian Mateus Oliveira, Francisco Carlos Júlio Pinghera, acompanhados pelo diretor-presidente Cesar Augusto Campezo Neto.

Foto: Fábio Melo



REINAUGURAÇÃO TAQUARITINGA

AGÊNCIA DE TAQUARITINGA GANHOU LAYOUT MODERNO E NOVO MOBILIÁRIO PARA OFERECER MAIS CONFORTO AOS COOPERADOS

A reinauguração da agência de Taquaritinga foi cercada de emoção. Este posto de atendimento foi o segundo a ser inaugurado pela Cooperac, em 2008, dois anos após a criação da cooperativa. Os planos para fazer chegar os princípios do cooperativismo financeiro pelas comunidades da região de Ribeirão Preto já faziam parte da sua missão.

E a reforma do local era muito aguardada pela equipe e população da cidade. As novas instalações trouxeram beleza e praticidade aos colaboradores e cooperados. O layout moderno e acolhedor deu vida nova ao local. Todos os ambientes foram remodelados e mais bem distribuídos para que a prestação de serviços seja aprimorada.

A cerimônia de reinauguração contou com a presença do conselheiro de administração, Francisco Carlos Julio Pinghera e da diretoria executiva da cooperativa: Cesar Campeç, Amanda Francine e Maurício Donizeti, também prestigiaram o evento colaboradores das demais agências.

Pinghera fez questão de registrar sua alegria por estar presente à reinauguração 14 anos após a abertura do PA, que ele também teve a oportunidade de acompanhar. **“Me sinto muito honrado em estar aqui vivendo mais este momento histórico, que faz parte de uma trajetória de sucesso de nossa cooperativa, que tem como missão levar uma nova experiência financeira para pessoas e empresas”,** ressaltou.

Autoridades da cidade também acompanharam a reinauguração. Entre elas, o vice-prefeito, Luiz Fernando Coelho da Rocha e o presidente da ACIT, André Damiani. As bênçãos ao local ficaram por conta do padre Leandro da Silva Nandes.

Cooperados que estavam presentes fizeram questão de dar seus depoimentos sobre a alegria de poder fazer parte de uma instituição financeira que os trata pelo nome, e com uma equipe consultiva que se preocupa em oferecer soluções adequadas para cada necessidade.

Importante registrar aqui o reconhecimento a toda a equipe da agência, liderada pelo gerente Luiz Ricardo Santana, que não mediu esforços para manter o ótimo padrão de atendimento, mesmo durante os meses de reforma.



Fotos: Daniel Amatuzzi



“Me sinto muito honrado em estar aqui vivendo mais este momento histórico, que faz parte de uma trajetória de sucesso de nossa cooperativa, que tem como missão levar uma nova experiência financeira para pessoas e empresas.”

Francisco Pinghera



Fotos: Daniel Amatuizi

Nossa EQUIPE

ADMINISTRATIVO



Foto: Fábio Melo



RIBEIRÃO PRETO Canal de Apoio ao Cooperado

Foto: Fábio Melo



**RIBEIRÃO
PRETO**
Campos Elíseos

Foto: Fábio Melo

**RIBEIRÃO
PRETO**
Centro



Foto: Fábio Melo



**RIBEIRÃO
PRETO**
Nove de Julho

Foto: Fábio Melo

RIBEIRÃO PRETO Ipiranga

Foto: Fábio Melo



LUIZ ANTÔNIO

Foto: Gilmara Mariana
Da Silva Favoreto



TAQUARITINGA

Foto: Andre Abuchaim Barbosa



CAPITAL SOCIAL

SEGUNDA EDIÇÃO DA CAMPANHA DE INTEGRALIZAÇÃO MOBILIZOU OS COOPERADOS

Campanha
**Integralização
Premiada**

De 1 de junho a
30 de novembro de 2022

A partir de R\$ 300* integralizados em cotas
ganhe um cupom para participar de 6 sorteios!

- 50 mil pontos Cooperac
- 1 Bike
- 1 Celular
- 1 Vale-Poupança
- 1 Smart TV 55"
- 1 Notebook

*Consulte as condições para adquirir valores maiores de capital através do programa de financiamento Cotas Partes e consulte aos ilhéus de ganhar.

Consulte o regulamento no
QR Code ou no site:
www.sicoob.com.br/integralizacaocooperac
Imagens meramente ilustrativas.

SICOOB
Cooperac

Depois do sucesso da primeira edição a diretoria da Cooperac decidiu realizar mais uma Campanha de Integralização para aumentar o capital social da cooperativa.

A iniciativa mobilizou todas as agências, que se empenharam em divulgar aos cooperados a importância de investir na conta capital. Além de fortalecer a cooperativa a ação traz benefícios para todos os cooperados, com a remuneração do valor investido que, em 2022, por decisão do Conselho Administrativo, foi reajustado em 100% da Selic.

A ação contou com forte divulgação nas redes sociais e aconteceu de junho a dezembro. A mecânica da campanha foi definida de forma que o cooperado, ao integralizar R\$ 300, recebia um cupom para concorrer a seis sorteios.

Os prêmios foram: 50 mil pontos Cooperac, bicicleta, smartphone, vale-poupança de R\$ 1000, Smart TV e um notebook.

Todos os sorteios foram gravados em vídeo e divulgados nas redes sociais.

Confira a relação dos ganhadores:



RETROSPECTIVA DE EVENTOS

EQUIPE DO *Sicoob Cooperac* FORTALECEU SUA REPRESENTATIVIDADE MUNDIAL, NACIONAL E REGIONAL

Os diretores, conselheiros e colaboradores do Sicoob Cooperac representaram a

cooperativa em dezenas de eventos durante o ano de 2022.

Todas as oportunidades serviram como aprendizado e troca de experiências sobre como o cooperativismo se fortalece nas mais diversas esferas. Seus benefícios estão sendo disseminados ao redor do mundo, como uma alternativa viável e democrática, para que

pessoas e empresas possam cuidar melhor do seu dinheiro.

Todos os conceitos adquiridos nestas oportunidades são compartilhados internamente, nas reuniões das lideranças, e entre as equipes das agências, para que as ações da Cooperac estejam alinhadas com as tendências cooperativistas mais modernas mundo afora.

WCUC 2022 Glasgow



Em julho, o diretor-presidente do Sicoob Cooperac, Cesar Campeiz, esteve em Glasgow (Escócia) participando da Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito (WCUC 2022). O evento reuniu especialistas, autoridades e líderes do cooperativismo de crédito.

Ao longo de quatro dias aconteceu uma extensa programação com sessões educacionais e discussões sobre tópicos relevantes para todos os níveis de liderança das cooperativas.

Campeiz integrou um grupo composto por outros representantes do cooperativismo do Estado de São Paulo, entre eles, Glaucio Candinho (Presidente Conad Sicoob União Sudeste), Cel Hudson Camilli (Presidente do Conselho de Administração da Cecresp), Luiz Fabiano Andrade (Diretor-Presidente da Cecresp), Luciano Sangoi Kolas (Diretor Presidente Sicoob União Sudeste) e Marcos Santana (Presidente Conad Sicoob CrediAcilpa).



Inova

O Sicoob Cooperac foi um dos patrocinadores do Inova Ribeirão, que é o maior evento de negócios e inovação de Ribeirão Preto e região.

Durante os três dias do evento, que aconteceu em julho, a equipe da Cooperac esteve no estande oferecendo aos participantes informações sobre os diferenciais do cooperativismo de crédito.

Os gerentes também ofereceram mentorias gratuitas sobre linhas de crédito.

14° Concred

No mês de agosto, a Cooperac foi representada por seus diretores Cesar Campeze e Maurício Donizeti no 14° Concred, maior evento do Cooperativismo Financeiro da América Latina, que aconteceu em Recife.

Durante três dias foram estimuladas trocas de experiências e aprendizados entre mais de 5.000 líderes cooperativistas, dirigentes, conselheiros, gestores e estudiosos do Cooperativismo Financeiro de todo o país.

A programação incluiu debates sobre temas como regulação, sustentabilidade, liderança, estratégia, governança, tendências globais, compromisso social, inovação, diversidade, perspectivas e oportunidades no ecossistema do Cooperativismo, em especial, o de Crédito.



Lideranças e Comunicadores

Ainda no mês de agosto a cidade de Ribeirão Preto foi sede do Encontro de Lideranças e Comunicadores do Cooperativismo Paulista, promovido pelo Sistema Ocesp.

O evento foi uma oportunidade para que as equipes de cooperativas de



vários segmentos, de cidades da região de Ribeirão Preto, trocassem experiências e discutissem alternativas para fortalecer ainda mais o conceito cooperativista.

O Sicoob Cooperac foi representado por seu diretor-presidente Cesar Campeze, pela coordenadora de Marketing, Letícia Tozetti, e por Anselmo Buosi, conselheiro administrativo.

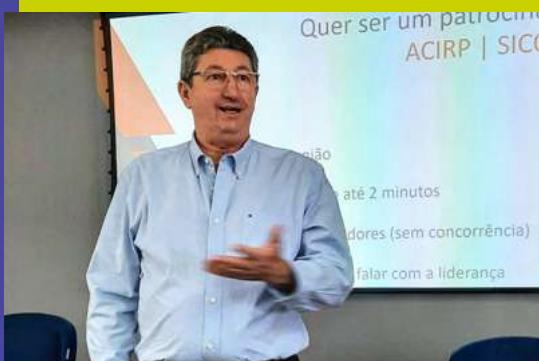
Cecresp

A Cooperac também marcou presença nas ações promovidas pela Central Cecresp. Em 2022 o presidente Cesar Campeze e o conselheiro administrativo Francisco Pinghera, representaram a cooperativa no Encontro sobre Estratégias de Fortalecimento e na Assembleia Geral Extraordinária da Central.

Na foto: Jussara Kupper da Silva Machado (conselheira da Cecresp); Francisco Pinghera; Janaina Garbonera Gabiati (supervisora administrativa Sicoob Cred Copercana); Cesar Campeze; Ana Paula Zanchetta (diretora do Sicoob Cred Copercana); Luiz Fabiano (diretor presidente da Cecresp); e Cel. Hudson Tabajara Camilli (presidente do CONAD, da Cecresp).



Café Empreendedor



Iniciativas para fortalecer a classe empresarial recebem total apoio do Sicoob Cooperac. A cooperativa foi uma das patrocinadoras do Café Empreendedor, projeto que tem como objetivo fomentar o networking e promover negócios.

Os encontros acontecem na Distrital da ACIRP, nos Campos Elíseos, em Ribeirão Preto, e contam com suporte da equipe da agência Campos Elíseos, que está sempre presente para apresentar os diferenciais do cooperativismo de crédito aos empresários.

Rodada de Negócios



O Sicoob Cooperac também marcou presença na Rodada de Negócios realizada pela ACIRP.

As gerentes de relacionamento Jacqueline Cochir e Suellen Salomão, da agência Campos Elíseos, falaram sobre os benefícios do cooperativismo de crédito para os empresários presentes e distribuíram brindes.

WORKSHOP RURAL

O esforço para promover o crédito rural entre os cooperados também faz parte das estratégias da Cooperac. A especialista Daiane Kikutake participou de evento com foco no produtor rural, que foi promovido pelo Sicoob, em Brasília.

A pauta do evento incluiu informações sobre o Plano Safra 22/23, programas do BNDES, seguros e crédito rural.



INTERESSE PELA COMUNIDADE

A COOPERAC SE ESFORÇA PARA COLOCAR EM PRÁTICA O PRINCÍPIO COOPERATIVISTA DO INTERESSE PELA COMUNIDADE ATUANDO EM VÁRIAS ESFERAS, PARA BENEFICIAR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS, CONTRIBUINDO PARA A MANUTENÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, CULTURAIS E ESPORTIVOS.

Confira algumas ações:

FUTSAL

Desde 2021 o Sicoob Cooperac é um dos patrocinadores do Futsal Ribeirão, que já conquistou vários títulos:

- Jogos Regionais 2022
- Copa da LPF 2022
- Copa da LPF 2021
- Superliga SBT 2020
- Copa da LPF do Interior 2019
- Liga SBT 2019
- Copa Ribeirão 2019
- Copa Ribeirão 2018

Foto: Fernando Gonzaga/CCS



O time, inclusive, foi homenageado pelo prefeito de Ribeirão Preto, Duarte Nogueira, pelo bicampeonato conquistado na Copa LPF, em 2022. E nossa diretora administrativa Amanda Francine esteve presente para reforçar o apoio do Sicoob Cooperac ao esporte de Ribeirão Preto.

NADANDO NA FRENTE

O Sicoob Cooperac é um dos patrocinadores do Projeto Nadando na Frente, que oferece aulas de natação gratuitas para 320 crianças, em três locais de Ribeirão Preto: Cava do Bosque, Clube dos Comerciantes e Centro de Jornada Ampliada.

A cooperativa contribui com a manutenção de cinco crianças no projeto e, em 2022, os participantes entregaram um certificado para os diretores Maurício Donizeti e Amanda Francine, em agradecimento à contribuição da cooperativa.





CAMPANHA DO AGASALHO

Outra ação social que recebe apoio do Sicoob Cooperac é a campanha do agasalho.

A cooperativa fez doações ao Fundo Social de Ribeirão Preto e suas agências se tornaram pontos de coleta de cobertores e agasalhos, que foram destinados para entidades assistenciais.

E Liniker Daniel Reggiani dos Santos, nosso gerente da cidade de Luiz Antônio, entregou as doações para a primeira dama Vanessa Rosatti Marques e Elaine Marques, representante do Fundo Social.



A diretora Amanda Francine entregou os cobertores para a presidente do Fundo Social de Ribeirão Preto, Mariana Jábali.



DIA DAS CRIANÇAS

A agência de Luiz Antônio também marcou presença na campanha do Fundo Social de Solidariedade para o Dia das Crianças.



OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL

As duas grandes campanhas anuais de conscientização pela saúde de mulheres, e dos homens, também ganharam destaque no Sicoob Cooperac.

A cooperativa realizou um café da manhã com atividades físicas para marcar o Outubro Rosa, pela prevenção do câncer de mama. E, em novembro, promoveu uma partida de futebol para alertar seus funcionários sobre a importância de manter os exames de saúde em dia, para evitar o câncer de próstata.



AÇÕES COMERCIAIS



Benefícios exclusivos para o Coopera

O Coopera é o Programa de Fidelidade e Shopping Virtual do Sicoob. E, para turbinar o acúmulo de pontos de seus cooperados, a Cooperac estabeleceu benefícios exclusivos.

Confira:

- A cada R\$10 integralizados à conta capital (1 ponto)
- Ao se tornar um cooperado (100 pontos)
- A cada boleto, título, ou convênio pago pelo App Sicoob (5 pontos)
- A cada cheque depositado pelo App Sicoob (5 pontos)
- No mês de aniversário do cooperado (100 pontos)
- A partir do quinto produto, o cooperado ganha pontos Coopera todos os meses (iniciando com 50 pontos)

Participe desta ação!

Parceria ACIRP



A Cooperac conta com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (ACIRP) desde sua fundação.

E essa parceria se mantém firme durante os 16 anos de atuação da cooperativa para que, associados da entidade e cooperados, possam usufruir dos benefícios oferecidos pelas duas instituições.

Além da parceria comercial a Cooperac mantém uma sala comercial na sede das Distritais Sul e Sudoeste (Avenida Caramuru, 2025), para estar mais perto dos moradores e empresários daquela região.



Parceria ACIT



Em Taquaritinga, o Sicoob Cooperac é um dos patrocinadores do Show de Prêmios, campanha anual promovida pela Associação Comercial e Industrial, com foco nas principais datas comemorativas do ano, por meio da qual são sorteados vales-compra entre os consumidores participantes.

CONQUISTAS RANKING CECRESP



Em 2022 nossa diretora administrativa Amanda Francine, esteve em São Paulo para receber os dois prêmios conquistados pela Cooperac, em 2021.

Um deles foi o Ranking Cecresp no qual a cooperativa conquistou o segundo lugar, entre as cooperativas clássicas de grande porte. O outro foi um reconhecimento referente aos ótimos resultados obtidos na Campanha Integralização Premiada 2021.

CERTIFICAÇÃO GPTW

A Cooperac preza muito pelo bem-estar e qualificação de seus colaboradores, por isso, em 2022, participou da pesquisa e foi agraciada com o selo de uma das Melhores Empresas para Trabalhar (GPTW).

A metodologia aplicada é detalhada. E o selo só é obtido após a avaliação dos resultados de um questionário respondido por todos os colaboradores, de forma anônima, referindo-se à percepção dos funcionários em relação:

- aos seus gestores diretos;
- sobre a organização como um todo e alta direção;
- e também considera a média das avaliações de todas as empresas de um grupo escolhido.



O Sicoob Cooperac alcançou uma pontuação muito satisfatória e acredita que a percepção de seus colaboradores

é uma resposta positiva sobre a realização de um bom trabalho, alicerçado pelo compromisso de compartilhar boas experiências aos cooperados.

CANAL DE APOIO AO COOPERADO



Mariana Veloso,
Andreza Costa e
Thainá Souza

O Canal de Apoio ao Cooperado foi criado para solucionar questões operacionais.

Nossa cooperativa está crescendo de forma sustentável e mantendo a excelência no atendimento. E foi pensando em dar ainda mais agilidade às demandas operacionais, que nasceu o Canal de Apoio ao Cooperado, que é formado por uma equipe treinada para atender aos cooperados, via whatsapp, e dar suporte às equipes das agências.

Também está sob responsabilidade desta área a gestão das contas digitais que contam com um atendimento consultivo e personalizado.

O Canal de Apoio ao Cooperado é mais uma opção de atendimento, mas os gerentes e as equipes das agências físicas continuam à disposição de quem prefere um atendimento presencial.

Pelo whatsapp é possível solicitar os seguintes serviços:

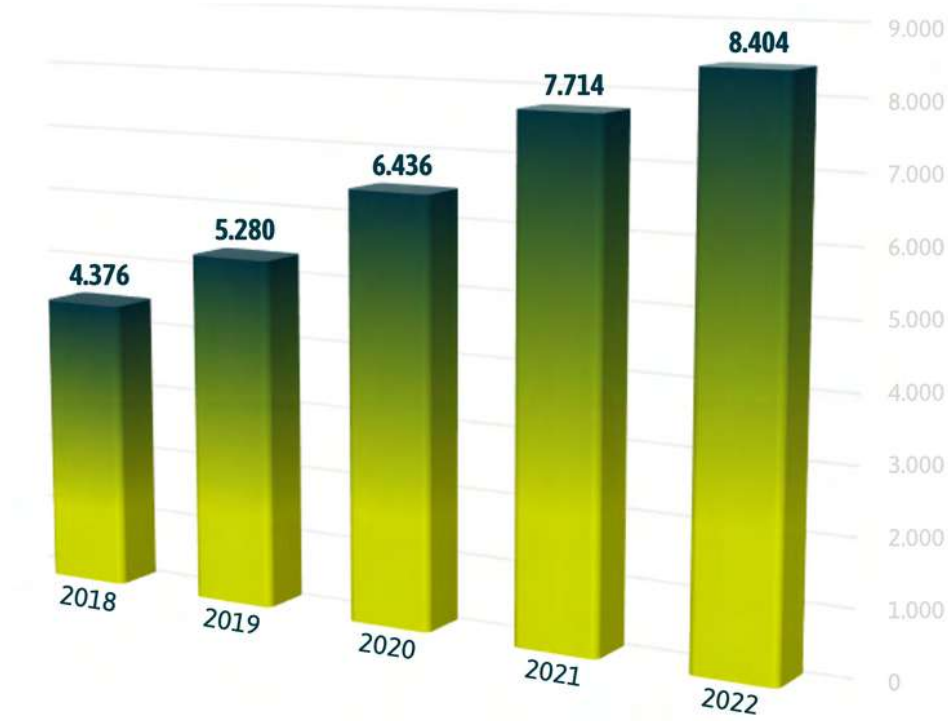
- Obter auxílio para cadastramento, liberação e utilização dos aplicativos.
- Buscar orientação de liquidações/quitação de operações de crédito.
- Cadastrar contas em débito automático.
- Esclarecer dúvidas sobre o extrato.
- Liberar cartões via app.
- Solicitar aumento de limites para canais de autoatendimento.
- Realizar cadastramento de favorecido.

Salve agora mesmo esse número (16) 3516-9999 em seu celular e aproveite mais essa facilidade.

GRÁFICOS DO DESEMPENHO FINANCEIRO

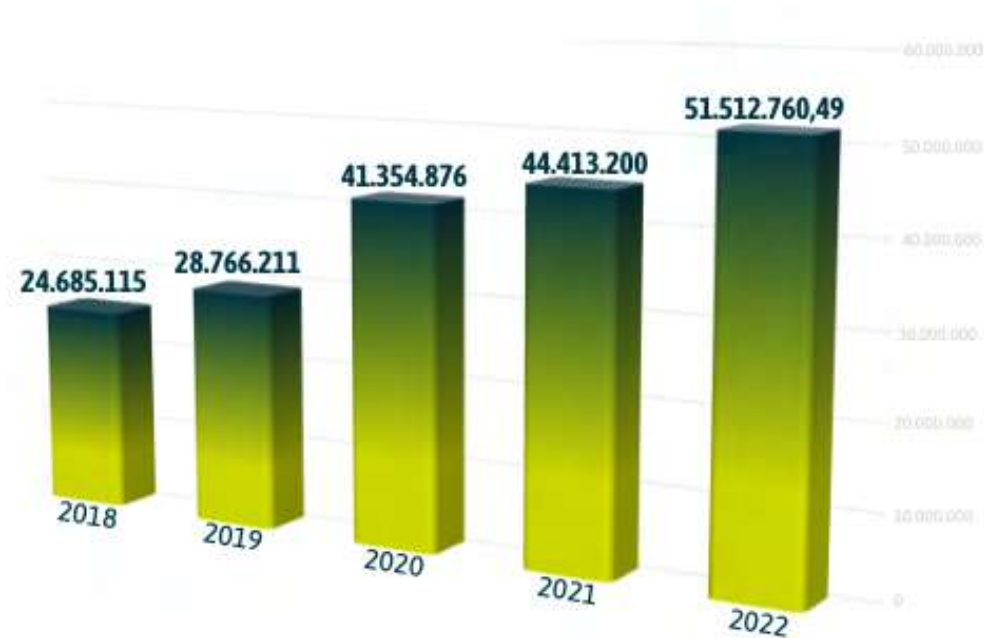
Quadro Social

Com 8.404 cooperados cadastrados ao final de 2022, a cooperativa apresentou um aumento de 690 novos cooperados, ou 8,94% de aumento do quadro social, em relação ao exercício de 2021.



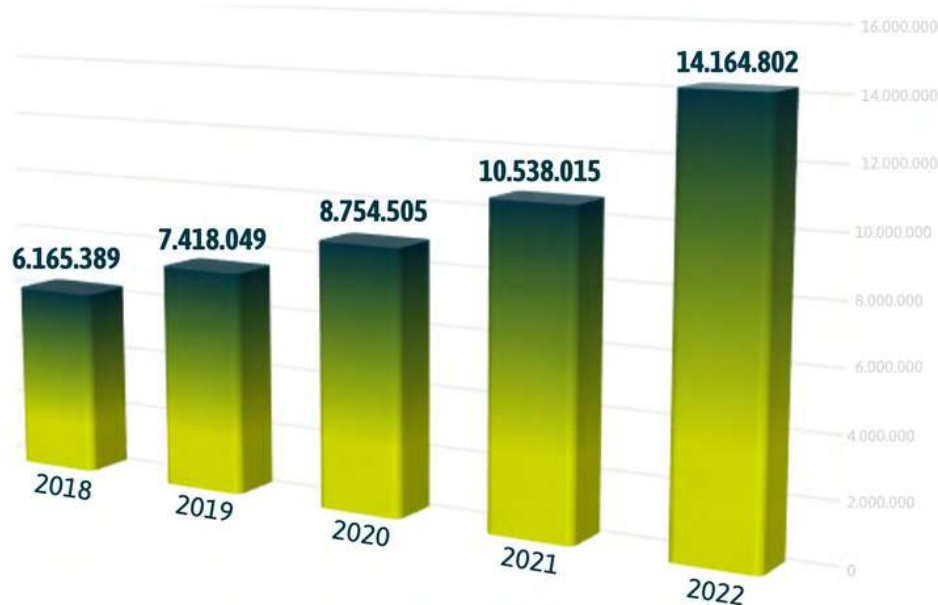
Operações de Crédito

A carteira de operações de crédito apresentou um aumento durante o ano de 2022, com um acréscimo de R\$ 7.099.560,00 (15,99%), em relação ao exercício de 2021.



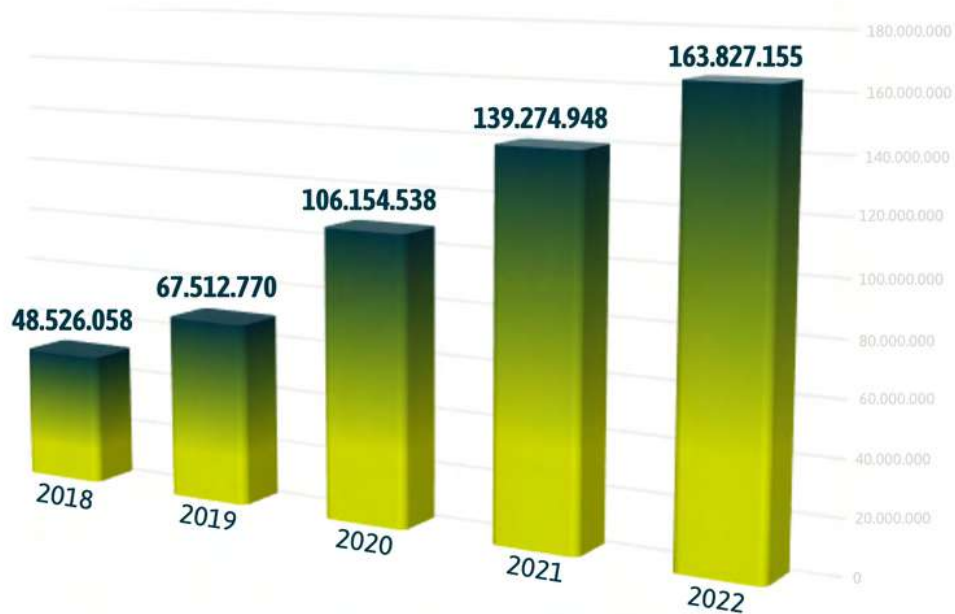
Capital Social

O capital social da cooperativa apresentou um avanço de R\$ 3.626.787,00 evidenciando um crescimento de 34,42%, em relação ao exercício de 2021.



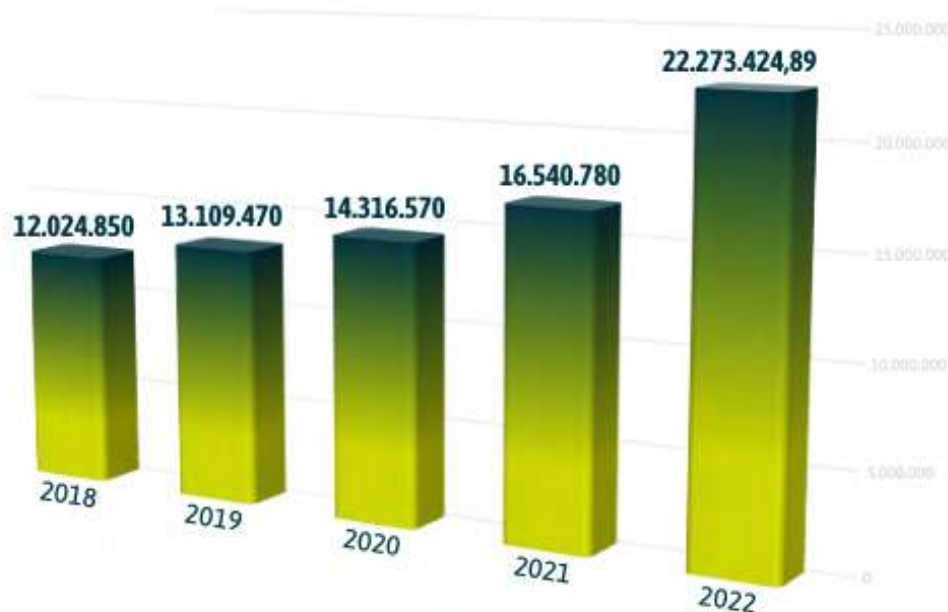
Depósitos Totais

Os depósitos totais apresentaram um expressivo aumento de R\$ 24.552.207,00, ou 17,63%, em relação ao exercício de 2021. Esse aumento demonstra a confiança dos associados no Sicoob Cooperac.



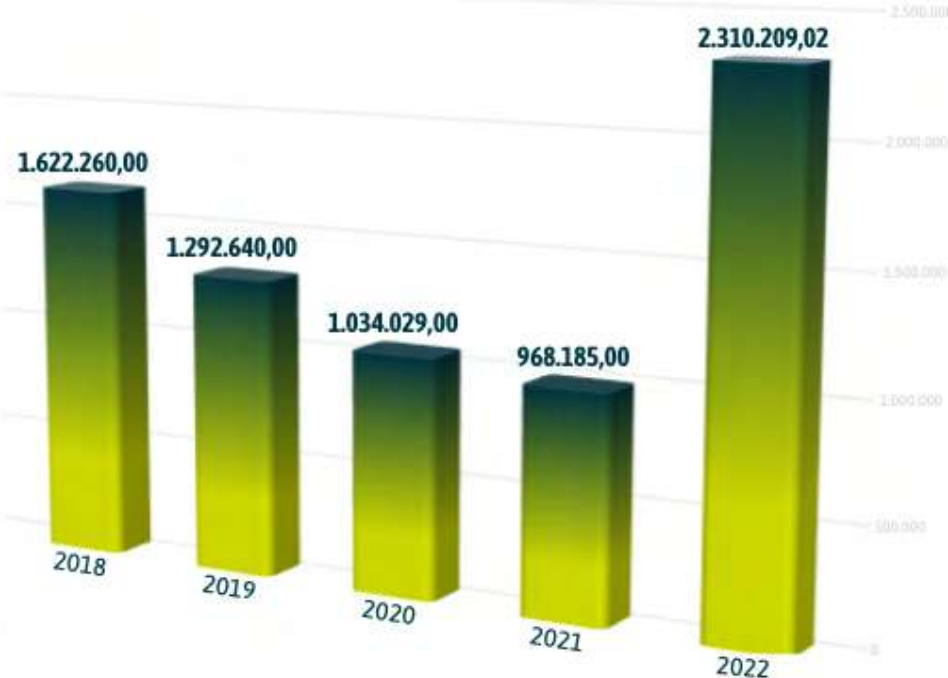
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido apresentou uma expansão de R\$ 5.732.644,00 (34,66%), durante o exercício 2022.



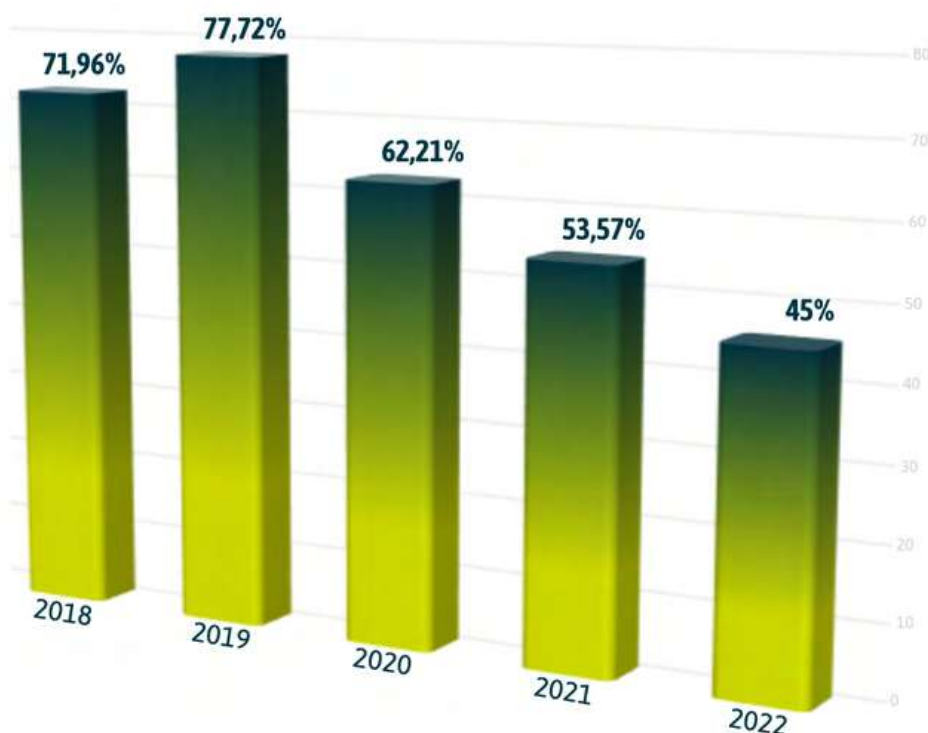
Sobras Líquidas

As Sobras Líquidas da cooperativa apresentaram um aumento de R\$ 1.342.024,02, ou 138,61%, em relação ao exercício de 2021.



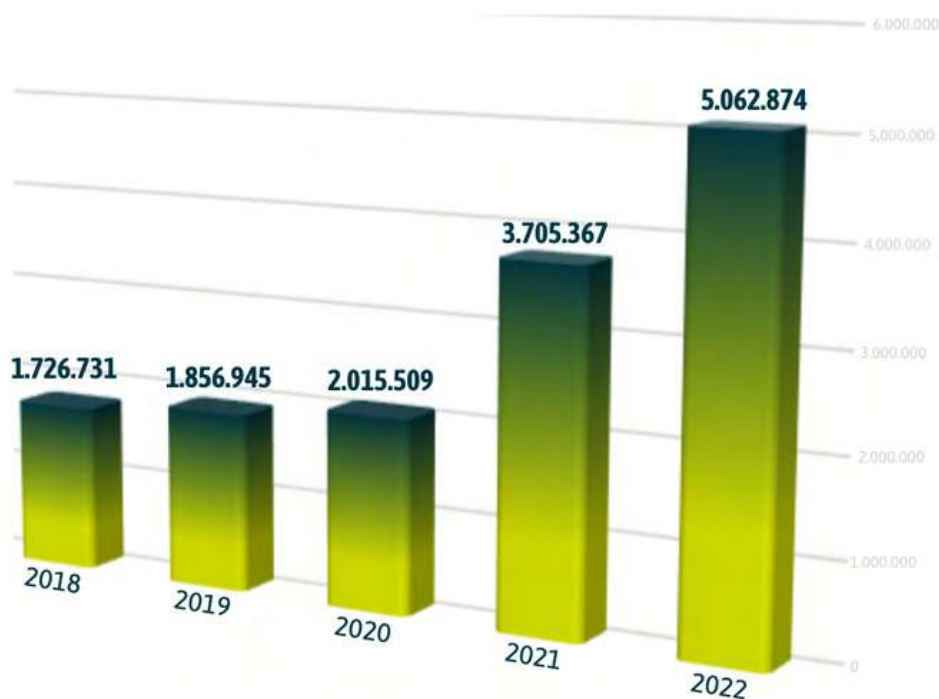
Centralização Financeira

Conforme Política de Risco de Mercado e Liquidez do Sicoob, as filiadas com convênio deverão manter 30% na centralização financeira média.



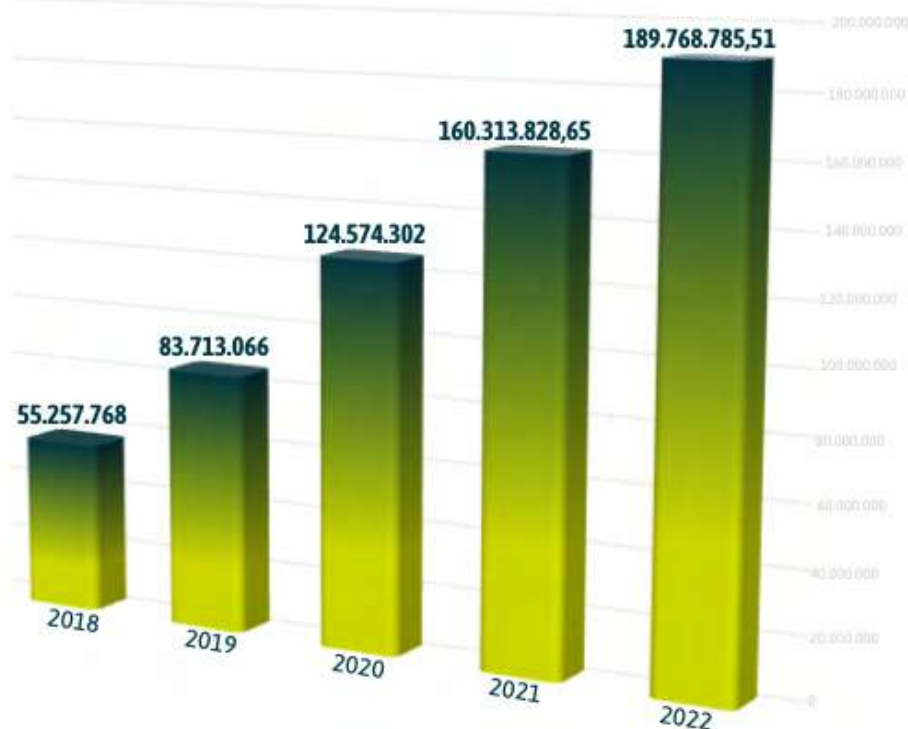
Limites

De acordo com o artigo 19, da Resolução nº 4.677/2018 do BACEN, o limite de exposição por cooperado, ou grupo de pessoas agindo isoladamente, ou em conjunto, representando interesse econômico comum, excetuado o vínculo decorrente exclusivamente da associação a uma mesma cooperativa, não deve ser superior a 25% do patrimônio de referência, no caso das cooperativas de crédito singulares filiadas à Central.



Ativo

Os ativos são recursos administrados pela cooperativa como aplicações financeiras, depósitos, operações de créditos e todas as movimentações dentro da instituição. Os números demonstram uma boa administração no montante dos recursos geridos.



PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB COOPERAC.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB COOPERAC é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,05% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB COOPERAC registrou o total de 26 (vinte e seis) sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a operações de crédito, conta corrente, cartão de crédito e compensação de cheque. Das reclamações, 11 (onze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

RELATÓRIO ANUAL

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	277,28%	2.647.432,52	701.723,99
Patrimônio Líquido	34,66%	22.273.424,89	16.540.779,72
Ativos	18,37%	189.768.785,51	160.313.828,65
Depósitos na Centralização Financeira	-16,61%	587,12	704,07

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	9,04%	8.404	7.707

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	-27,42%	254.119,40	350.118,91
Carteira Comercial	16,33%	51.258.641,09	44.063.080,85
Total	15,99%	51.512.760,49	44.413.199,76

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 25,91% da carteira, no montante de R\$ 15.108.933,32.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	2,71%	59.804.466,35	58.228.668,46
Depósitos sob aviso	12,37%	167.107,99	148.708,30
Depósitos a prazo	28,38%	103.855.580,58	80.897.571,28
Total	17,63%	163.827.154,92	139.274.948,04

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 21,30% da captação, no montante de R\$ 34.567.024,24.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
PR	36,64%	20.251.494,65	14.821.466,46

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

RIBEIRÃO PRETO-SP, 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		189.768.785,51	160.313.828,65
DISPONIBILIDADES	4	1.101.554,42	1.761.192,19
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		190.103.880,61	158.140.234,75
Títulos e Valores Mobiliários	5	137.701.710,05	113.237.333,18
Relações Interfinanceiras	6	587,12	704,07
Centralização Financeira		587,12	704,07
Operações de Crédito	7	51.512.760,49	44.413.199,76
Outros Ativos Financeiros	8	888.822,95	488.997,74
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(3.479.495,65)	(2.618.665,82)
(-) Operações de Crédito	7.e	(3.234.307,94)	(2.493.105,52)
(-) Outras	8.a	(245.187,71)	(125.560,30)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	46.287,04	20.183,66
OUTROS ATIVOS	10	856.274,94	118.698,74
INVESTIMENTOS		-	1.778.998,81
IMOBILIZADO DE USO	12	1.972.147,92	1.764.562,94
INTANGÍVEL	13	6.999,00	6.999,00
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12	(838.862,77)	(658.375,62)
TOTAL DO ATIVO		189.768.785,51	160.313.828,65
		189.768.785,51	160.313.828,65
DEPÓSITOS	14	163.827.154,92	139.274.948,04
Depósitos à Vista		59.804.466,35	58.228.668,46
Depósitos Sob Aviso	15	167.107,99	148.708,30
Depósitos a Prazo		103.855.580,58	80.897.571,28
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		436.582,10	1.697.133,21
Relações Interfinanceiras		254.119,40	350.118,91
Repasse Interfinanceiros		254.119,40	350.118,91
Outros Passivos Financeiros	16	182.462,70	1.347.014,30
PROVISÕES	17	238.794,72	124.594,75
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	317.725,98	301.028,61
OUTROS PASSIVOS	19	2.675.102,90	2.375.344,32
		22.273.424,89	16.540.779,72
CAPITAL SOCIAL	20.a	14.164.801,72	10.538.014,69
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	5.798.414,16	5.034.580,08
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.e	2.310.209,01	968.184,95
		189.768.785,51	160.313.828,65

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.345.130,30	27.324.242,21	13.069.166,08
Operações de Crédito	22	6.467.327,50	12.132.129,73	8.747.738,25
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.a	8.877.802,80	15.192.112,48	4.321.427,83
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(8.507.568,95)	(14.054.014,20)	(4.473.591,17)
Operações de Captação no Mercado		(6.419.336,68)	(10.884.348,55)	(3.189.246,24)
Operações de Empréstimos e Repasses		(10.197,84)	(22.262,77)	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.078.034,43)	(3.147.402,88)	(1.284.344,93)

RELATÓRIO ANUAL

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.837.561,35	13.270.228,01	8.595.574,91
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.901.796,14)	(8.681.099,97)	(7.351.665,99)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	2.367.121,87	4.690.047,91	4.023.255,18
Rendas de Tarifas	25	814.105,47	1.398.750,06	902.935,66
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(4.128.497,60)	(7.780.738,03)	(6.300.664,15)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(4.334.864,68)	(7.957.220,16)	(6.622.950,97)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(84.523,02)	(144.797,00)	(116.253,06)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	775.575,16	1.723.021,85	1.015.990,72
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(310.713,34)	(610.164,60)	(253.979,37)
	31	(81.094,22)	(124.648,91)	(35.292,80)
Provisões/Reversões para Contingências		(10.448,94)	(10.448,94)	(3.500,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(70.645,28)	(114.199,97)	(31.792,80)
RESULTADO OPERACIONAL		1.854.670,99	4.464.479,13	1.208.616,12
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	(3.956,37)	11.130,03	38.371,69
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.850.714,62	4.475.609,16	1.246.987,81
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(116.125,46)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	-	(57.746,18)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	-	(58.379,28)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	19.a	(385.306,25)	(385.306,25)	(323.897,18)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.465.408,37	4.090.302,91	806.965,17
PROVISÕES				
JUROS AO CAPITAL	20.f	(1.442.870,39)	(1.442.870,39)	(105.241,18)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		22.537,98	2.647.432,52	701.723,99
DESTINAÇÕES LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTROS EVENTOS		(337.223,50)	(337.223,50)	266.460,96
FATES	20.e	(266.427,44)	(266.427,44)	(121.023,12)
Fundo de Reserva	20.e	(799.282,32)	(799.282,32)	(121.023,12)
Reversões de Reservas/Fundos	20.e	943.580,87	943.580,87	508.507,20
Outros Eventos	20.e	(215.094,61)	(215.094,61)	-
SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		(314.685,52)	2.310.209,02	968.184,95

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.850.714,62	4.475.609,16	1.246.987,81
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(242.403,17)	(242.403,17)	(59.703,05)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(41.678,75)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.078.034,43	3.147.402,88	1.284.344,93
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		70.645,28	114.199,97	31.792,80
Provisões/Reversões para Contingências		10.448,94	10.448,94	3.500,00
Depreciações e Amortizações		91.018,36	180.487,15	164.520,91
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		3.858.458,46	7.644.066,18	2.671.443,40

(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	2.384.580,75	2.261.061,75	-
Operações de Crédito	(9.167.579,65)	(9.112.226,87)	(4.092.435,95)
Outros Ativos Financeiros	(329.305,56)	(673.732,12)	(411.734,67)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(22.304,01)	(26.103,38)	63.953,41
Outros Ativos	(549.050,88)	(737.576,20)	74.649,91

Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	6.514.104,79	1.575.797,89	8.755.610,79
Depósitos sob Aviso	10.367,23	18.399,69	2.382,05
Depósitos a Prazo	10.824.345,68	22.958.009,30	24.362.417,10
Relações Interfinanceiras	(58.518,95)	(95.999,51)	350.118,91
Outros Passivos Financeiros	92.687,29	(1.164.551,60)	(821.780,36)
Provisões	(10.448,94)	(10.448,94)	(3.500,00)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	72.271,72	81.765,99	35.209,95
Outros Passivos	(2.227.021,33)	(1.528.418,06)	326.636,50
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(160.442,99)	(140.000,00)
FATES - Atos Cooperativos	(266.427,44)	(266.427,44)	(121.023,12)
FATES - Atos Não Cooperativos	(111.494,94)	(111.494,94)	-
Imposto de Renda Pago	-	(32.936,26)	(32.069,98)
Contribuição Social Pago	-	(32.132,36)	(40.265,25)

CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.014.664,22	20.586.610,13	30.979.612,69
--	----------------------	----------------------	----------------------

Atividades de Investimentos			
Distribuição de Sobras da Central Recebidos	-	41.678,75	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	242.403,17	242.403,17	59.703,05
Aquisição de Imobilizado de Uso	(144.516,75)	(207.584,98)	(343.280,96)
Aquisição de Investimentos	(242.758,17)	(482.062,94)	(843.761,24)

CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(144.871,75)	(405.566,00)	(1.127.339,15)
--	---------------------	---------------------	-----------------------

Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.601.087,17	2.612.357,33	2.457.415,80
Devolução de Capital à Cooperados	(272.415,70)	(603.744,01)	(776.557,97)
Estorno de Capital	-	-	(600,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(1.352,36)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.405.548,83	1.405.548,83	103.251,37
Reversão/Realização de Fundos	231.936,48	231.936,48	-
Outros Eventos/Reservas	(72.018,97)	(21.168,25)	-

CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.894.137,81	3.623.578,02	1.783.509,20
---	---------------------	---------------------	---------------------

AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.763.930,28	23.804.622,15	31.635.782,74
---	----------------------	----------------------	----------------------

Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	125.039.921,31	114.999.229,44	83.363.446,70
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	138.803.851,59	138.803.851,59	114.999.229,44
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		13.763.930,28	23.804.622,15	31.635.782,74

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações

RELATÓRIO ANUAL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		9.178.283,20	(423.777,71)	4.528.034,26	0,00	1.034.029,90	14.316.569,65
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES	20.d	0,00	0,00	0,00	0,00	(140.000,00)	(140.000,00)
Constituição de Reservas	20.d	0,00	0,00	0,00	894.029,90	(894.029,90)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.661.138,87	(203.723,07)	0,00	0,00	0,00	2.457.415,80
Por Devolução (-)		(776.557,97)	0,00	0,00	0,00	0,00	(776.557,97)
Estorno de Capital		(600,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(600,00)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	(508.507,20)	508.507,20	0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	806.965,17	806.965,17
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(105.241,18)	(105.241,18)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		103.251,37	0	0	0	0,00	103.251,37
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	20.e	0,00	0,00	121.023,12	0,00	(121.023,12)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	20.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(121.023,12)	(121.023,12)
Saldos em 31/12/2021		11.165.515,47	(627.500,78)	4.649.057,38	385.522,70	968.184,95	16.540.779,72
Saldos em 31/12/2021		11.165.515,47	(627.500,78)	4.649.057,38	385.522,70	968.184,95	16.540.779,72
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES	20.d	0,00	0,00	0,00	0,00	(160.442,99)	(160.442,99)
Constituição de Reservas	20.d	0,00	0,00	213.977,28	481.488,88	(695.466,16)	0,00
Distribuição de sobras para associados	20.d	212.624,88	0,00	0,00	0,00	(213.977,24)	(1.352,36)
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	(19.270,01)	0,00	(1.898,24)	(21.168,25)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.847.722,45	(235.365,12)	0,00	0,00	0,00	2.612.357,33
Por Devolução (-)		(603.744,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(603.744,01)
Reversão/Realização de Reservas	20.c	0,00	0,00	0,00	(711.644,39)	711.644,39	0,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	231.936,48	231.936,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	4.090.302,91	4.090.302,91
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.442.870,39)	(1.442.870,39)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.f	1.405.548,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.548,83
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	20.e	0,00	0,00	799.282,32	0,00	(799.282,32)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	20.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(266.427,44)	(266.427,44)
FATES - Atos Não Cooperativos	21	0,00	0,00	0,00	0,00	(111.494,94)	(111.494,94)
Saldos em 31/12/2022		15.027.667,62	(862.865,90)	5.643.046,97	155.367,19	2.310.209,01	22.273.424,89
Saldos em 30/06/2022		12.188.796,55	(758.215,13)	4.812.183,94	867.011,58	2.624.894,54	19.734.671,48
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	31.580,71	0,00	(103.599,68)	(72.018,97)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.705.737,94	(104.650,77)	0,00	0,00	0,00	1.601.087,17
Por Devolução (-)		(272.415,70)	0,00	0,00	0,00	0,00	(272.415,70)

Reversão/Realização de Reservas	20.c	0,00	0,00	0,00	(711.644,39)	711.644,39	0,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00			
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0	0	0	0,00	231.936,48	231.936,48
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(1.442.870,39)	(1.442.870,39)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.f	1.405.548,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.405.548,83
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	20.e	0,00	0,00	799.282,32	0,00	(799.282,32)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	21.e	0,00	0,00	0,00	0,00	(266.427,44)	(266.427,44)
FATES - Atos Não Cooperativos	21	0,00	0,00	0,00	0,00	(111.494,94)	(111.494,94)
Saldos em 31/12/2022		15.027.667,62	(862.865,90)	5.643.046,97	155.367,19	2.310.209,01	22.273.424,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS		1.465.408,37	4.090.302,91	806.965,17
AO CAPITAL OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.465.408,37	4.090.302,91	806.965,17

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *Em Reais (R\$)*

1. Contexto Operacional

A **CECM - SICOOB COOPERAC**, doravante denominado **SICOOB COOPERAC**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/06/2006**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei no 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei no 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar no 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN no 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB COOPERAC, sediado à **RUA SÃO SEBASTIÃO, N° 675, CENTRO, RIBEIRÃO PRETO - SP**, possui 6 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIBEIRÃO PRETO – SP e LUÍS ANTÔNIO - SP.

O SICOOB COOPERAC tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei no 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo no 5.764/1971 e pela Lei Complementar no 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN no 4.818/2020 e Resolução BCB no 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo

BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 09/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN no 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB no 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN no 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB no 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1o nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN no 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

RELATÓRIO ANUAL

Resolução CMN no 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota no 38.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB no 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa no 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa no 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa no 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa no 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa no 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa no 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa no 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB no 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar no 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar no 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB no 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular no 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB no 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A SICOOB COOPERAC contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

RELATÓRIO ANUAL

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN no 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei no 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN no 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos (se aplicável)

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN no 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN na 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

RELATÓRIO ANUAL

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei no 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. **(se aplicável)**

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB no 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB COOPERAC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	1.101.554,42	1.533.635,19
Títulos e Valores Mobiliários	137.701.710,05	113.237.333,18
Relações interfinanceiras - centralização financeira	587,12	704,07
Numerários em trânsito	-	227.557,00
TOTAL	138.803.851,59	114.999.229,44

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	2.260.706,75	-	-	-
Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa. Central De Crédito	355,00	-	-	-
TOTAL	2.261.061,75	-	-	-

RELATÓRIO ANUAL

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	96.871.514,55	-	93.983.595,41	-
Cotas de Fundos de Investimento	38.569.133,75	-	19.253.737,77	-
TOTAL	135.440.648,30	-	113.237.333,18	-

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	6.328.312,29	10.876.716,50	3.223.127,04
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	2.549.490,51	4.315.395,98	1.098.300,79
TOTAL	8.877.802,80	15.192.112,48	4.321.427,83

6. Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Relações interfinanceiras - centralização financeira	587,12	-	704,07	-
TOTAL	587,12	-	704,07	-

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	32.221.808,09	13.295.798,80	45.517.606,89	28.000.343,13	12.652.354,69	40.652.697,82
Financiamentos	2.015.857,30	3.725.176,90	5.741.034,20	1.282.504,33	2.127.878,70	3.410.383,03
Financiamentos Rurais	117.988,84	136.130,56	254.119,40	97.305,27	252.813,64	350.118,91
Total de Operações de Crédito	34.355.654,23	17.157.106,26	51.512.760,49	29.380.152,73	15.033.047,03	44.413.199,76
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.547.253,25)	(687.054,69)	(3.234.307,94)	(1.448.956,29)	(1.044.149,23)	(2.493.105,52)
TOTAL	31.808.400,98	16.470.051,57	48.278.452,55	27.931.196,44	13.988.897,80	41.920.094,24

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	4.132.347,65	182.005,73	0,00	4.314.353,38		4.562.232,96	
A 0,5% Normal	14.193.779,51	1.904.113,61	0,00	16.097.893,12	(80.489,47)	16.240.981,89	(81.204,91)
B 1% Normal	13.925.070,85	2.474.887,84	0,00	16.399.958,69	(163.999,59)	12.730.316,77	(127.303,17)
B 1% Vencidas	54.632,49	0,00	0,00	54.632,49	(546,32)	12.119,01	(121,19)
C 3% Normal	7.966.163,32	989.599,22	254.119,40	9.209.881,94	(276.296,46)	6.948.032,63	(208.440,98)
C 3% Vencidas	83.869,99	0,00	0,00	83.869,99	(2.516,10)	234.877,13	(7.046,31)
D 10% Normal	1.647.251,88	175.886,54	0,00	1.823.138,42	(182.313,84)	808.473,33	(80.847,33)
D 10% Vencidas	306.893,01	0,00	0,00	306.893,01	(30.689,30)	151.923,12	(15.192,31)
E 30% Normal	293.948,26	0,00	0,00	293.948,26	(88.184,48)	282.871,28	(84.861,38)
E 30% Vencidas	221.266,04	0,00	0,00	221.266,04	(66.379,81)	319.781,38	(95.934,41)
F 50% Normal	182.643,25	11.370,69	0,00	194.013,94	(97.006,97)	351.376,31	(175.688,16)
F 50% Vencidas	314.188,04	0,00	0,00	314.188,04	(157.094,02)	194.592,40	(97.296,20)
G 70% Normal	5.680,99	0,00	0,00	5.680,99	(3.976,69)	53.865,77	(37.706,04)
G 70% Vencidas	357.587,99	3.170,57	0,00	360.758,56	(252.530,99)	134.308,32	(94.015,82)
H 100% Normal	194.187,57	0,00	0,00	194.187,57	(194.187,57)	168.670,80	(168.670,80)
H 100% Vencidas	1.638.096,05	0,00	0,00	1.638.096,05	(1.638.096,05)	1.218.776,66	(1.218.776,66)
Total Normal	42.541.073,28	5.737.863,63	254.119,40	48.533.056,31	(1.086.455,07)	42.146.821,74	(964.722,77)
Total Vencidos	2.976.533,61	3.170,57	0,00	2.979.704,18	(2.147.852,59)	2.266.378,02	(1.528.382,90)
Total Geral	45.517.606,89	5.741.034,20	254.119,40	51.512.760,49	(3.234.307,66)	44.413.199,76	(2.493.105,67)
Provisões	(3.137.233,53)	(89.450,83)	(7.623,58)	(3.234.307,94)		(2.493.105,52)	
Total Líquido	42.380.373,36	5.651.583,37	246.495,82	48.278.452,55		41.920.094,24	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.587.940,28	12.633.867,81	13.295.798,80	45.517.606,89
Financiamentos	555.952,78	1.459.904,52	3.725.176,90	5.741.034,20
Financiamentos Rurais	30.476,53	87.512,31	136.130,56	254.119,40
TOTAL	20.174.369,59	14.181.284,64	17.157.106,26	51.512.760,49

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.697.761,79	1.037.241,16	0,00	3.735.002,95	7,25%
Setor Privado - Indústria	21.371,81	0,00	0,00	21.371,81	0,04%
Setor Privado - Serviços	38.681.408,16	3.705.806,68	254.119,40	42.641.334,24	82,78%
Pessoa Física	4.117.065,13	997.986,36	0,00	5.115.051,49	9,93%
TOTAL	45.517.606,89	5.741.034,20	254.119,40	51.512.760,49	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.493.105,52)	(2.410.521,90)
Constituições	(5.099.921,95)	(3.146.697,61)
Reversões	2.346.053,39	2.030.002,05
Transferência para prejuízo no período	2.012.666,14	1.034.111,94
Saldo Final	(3.234.307,94)	(2.493.105,52)

RELATÓRIO ANUAL

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	3.060.850,18	5,93%	1.678.207,38	3,78%
10 Maiores Devedores	11.910.303,51	23,09%	7.792.816,41	17,53%
50 Maiores Devedores	20.651.008,22	40,03%	17.090.464,26	38,45%
TOTAL	51.583.738,40	100%	44.451.113,41	100%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.819.021,93	4.968.330,98
Valor das operações recuperadas no período	1.652.831,39	(1.374.022,01)
Valor das operações transferidas no período	3.491.075,97	2.224.712,96
Saldo Final	7.657.266,51	5.819.021,93

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	321.696,71	-	178.567,72	-
Rendas a Receber (b)	502.396,96	-	288.978,04	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	64.729,28	-	21.451,98	-
TOTAL	888.822,95	-	488.997,74	-

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 34.080,48); Rendas de Cartões (R\$ 129.073,40); e outros (R\$ 339.243,08);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 64.729,28).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(245.187,71)	-	(125.560,30)	-
TOTAL	(245.187,71)	-	(125.560,30)	-

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E 30% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,42	(5.129,23)
E 30% Vencidas	0,00	83.955,97	0,00	83.955,97	(25.186,79)	40.933,87	(12.280,16)
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.256,91	(3.628,46)
F 50% Vencidas	0,00	21.649,23	0,00	21.649,23	(10.824,62)	10.971,61	(5.485,81)
G 70% Vencidas	0,00	23.050,74	0,00	23.050,74	(16.135,52)	10.904,23	(7.632,96)
H 100% Vencidas	0,00	193.040,77	0,00	193.040,77	(193.040,77)	91.403,68	(91.403,68)
Total Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.354,33	(8.757,69)
Total Vencidos	0,00	321.696,71	0,00	321.696,71	(245.187,70)	154.213,39	(116.802,61)
Total Geral	0,00	321.696,71	0,00	321.696,71	(245.187,70)	178.567,72	(125.560,30)
Provisões	0,00	(245.187,69)	0,00	(245.187,69)		(125.560,29)	
Total Líquido	0,00	76.509,02	0,00	76.509,02		53.007,43	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	46.009,39	-	20.183,66	-
Imposto de Renda a Recuperar	277,65	-	-	-
TOTAL	46.287,04	-	20.183,66	-

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	31.664,88	-	27.628,40	-
Pagamentos a Ressarcir	26.962,66	-	-	-
Devedores Diversos – País (a)	727.529,22	-	31.043,27	-
Material em Estoque	2.527,50	-	906,50	-
Despesas Antecipadas (b)	67.590,68	-	59.120,57	-
TOTAL	856.292,94	-	119.967,79	-

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 674.943,78); e outros (R\$ 52.585,44);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	-	1.778.998,81
TOTAL	-	1.778.998,81

RELATÓRIO ANUAL

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso		58.251,07	77.164,48
Instalações	10%	208.280,08	208.280,08
Móveis e equipamentos de Uso	10%	925.754,89	813.843,28
Sistema de Processamento de Dados	20%	550.804,35	507.125,08
Sistema de Segurança	10%	76.427,29	64.984,52
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		152.630,24	93.165,50
Total de Imobilizado de Uso		1.972.147,92	1.764.562,94
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(78.591,25)	(59.950,04)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(679.109,20)	(523.221,99)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(74.163,32)	(68.222,09)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(831.863,77)	(651.394,12)
TOTAL		1.140.284,15	1.113.168,82

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados		6.999,00	6.999,00
Intangível		6.999,00	6.999,00
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(6.999,00)	(6.981,50)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(6.999,00)	(6.981,50)
TOTAL		-	17,50

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	59.804.466,35	-	58.228.668,46	-
Depósito Sob Aviso	167.107,99	-	148.708,30	-
Depósito a Prazo	103.855.580,58	-	80.897.571,28	-
TOTAL	163.827.154,92	-	139.274.948,04	-

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	6.796.253,23	4,19%	4.138.183,25	2,96%
10 Maiores Depositantes	24.833.998,67	15,31%	23.867.368,34	17,06%
50 Maiores Depositantes	54.834.889,44	33,80%	53.110.411,31	37,97%
TOTAL	162.251.153,09	100%	139.888.380,94	100%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10.367,23)	(18.399,69)	(6.300,71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.290.953,41)	(10.643.277,07)	(3.004.767,25)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(118.016,04)	(222.671,79)	(178.178,28)
TOTAL	(6.419.336,68)	(10.884.348,55)	(3.189.246,24)

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa		Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Mínima	Máxima		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob				117.988,84	136.130,56	97.305,27	252.813,64
TOTAL				117.988,84	136.130,56	97.305,27	252.813,64

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(10.197,84)	(10.197,84)	-
Outras Instituições	-	(12.064,93)	-
TOTAL	(10.197,84)	(22.262,77)	-

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

RELATÓRIO ANUAL

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	145.020,00	-	1.282.320,01	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	6.274,32	-	49.500,84	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	31.168,38	-	15.193,45	-
TOTAL	182.462,70	-	1.347.014,30	-

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a outros (R\$ 145.020,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 30.903,52); e outros (R\$ 264,86).

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	200.893,34	37.901,38	112.862,23	11.732,52
TOTAL	200.893,34	37.901,38	112.862,23	11.732,52

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	9.634.960,83	7.236.836,48
TOTAL	9.634.960,83	7.236.836,48

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa não contém passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	-	-	65.068,62	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	20.790,67	-	19.978,48	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	222.561,64	-	185.372,13	-
Outros	74.373,67	-	30.609,38	-
TOTAL	317.725,98	-	301.028,61	-

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	1.279.539,22	-	998.958,41	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	126.752,52	-	116.314,49	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.206.218,00	-	839.860,58	-
Credores Diversos – País (d)	66.219,82	-	420.210,84	-
TOTAL	2.678.729,56	-	2.375.344,32	-

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	417.477,38	-	323.897,18	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	519.118,16	-	552.717,02	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	342.943,68	-	122.344,21	-
TOTAL	1.279.539,22	-	998.958,41	-

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 572.066,64); Outras Despesas Administrativas (R\$ 1.206.218,00) e outros (R\$ 513,49);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 168,00); Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 329,78); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 12.752,23); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 856,03); e outros (R\$ 52.113,78).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

RELATÓRIO ANUAL

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	14.164.801,72	10.538.014,69
Associados	8.404	7.707

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Reserva de Expansão

Constituída conforme deliberação AGO realizada em 19/04/2022 no percentual de 45% das sobras líquidas do exercício de 2021, no valor de R\$ 481.488,88, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional dos negócios da cooperativa.

Houve a reversão parcial do Fundo de Expansão no valor de R\$ 711.644,39, havendo um saldo residual de R\$ 155.367,19 em 31/12/2022.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	2.608.827,16	701.723,99
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(111.494,93)	-
(+) Absorção de FATES e Fundos Voluntários (a.1)	231.936,48	-
(-) Ajuste de Resultado de Exercícios Anteriores (a.2)	(103.599,68)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.664.274,39	701.723,99
Destinação para o Fundo de Reserva – 30%	(799.282,32)	(121.023,12)
Destinação para o FATES - atos cooperativos – 10%	(266.427,44)	(121.023,12)
Sobra ou perdas acumuladas em 2022 / 2021	1.598.564,63	459.677,75
Reversão de reserva de expansão	711.644,39	508.507,20
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.310.209,02	968.184,95

a.1) A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

a.2) Referem-se a valores de ISS sobre atos não cooperativos dos exercícios de 2020 e 2021, que foram registrados em Sobras ou Prejuízos Acumulados para cumprimento do “CPC-23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”.

f) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R\$ 1.442.870,39**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	1.610.219,97	1.470.475,44
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.612.419,05)	(254.854,83)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(658.746,58)	(915.243,01)
Resultado operacional	(660.945,66)	300.377,60
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	6.660,03	38.371,69
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(654.285,63)	338.749,29
Ajustes do Resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	-	(116.125,46)
Despesa com Juros ao Capital	1.442.870,39	-
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(677.089,83)	(662.380,900)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	111.494,93	(439.757,07)

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	115.095,13	222.487,93	214.340,97
Rendas de Empréstimos	4.724.272,90	8.784.420,97	6.358.048,15
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.101.377,18	2.053.129,08	1.601.017,45
Rendas de Financiamentos	380.087,44	665.543,98	448.296,96
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	10.197,84	22.262,77	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	136.297,01	384.285,00	126.034,72
TOTAL	6.467.327,50	12.132.129,73	8.747.738,25

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(6.419.336,68)	(10.884.348,55)	(3.189.246,24)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(10.197,84)	(22.262,77)	-
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	546.103,27	1.129.293,72	1.103.866,91
Reversões de Provisões para Outros Créditos	7.838,30	16.337,81	4.821,86
Provisões para Operações de Crédito	(2.412.248,28)	(3.883.162,28)	(2.220.562,47)
Provisões para Outros Créditos	(219.727,72)	(409.872,13)	(172.471,23)
TOTAL	(8.607.668,95)	(14.054.014,20)	(4.473.591,17)

RELATÓRIO ANUAL

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.397.260,98	2.761.506,71	2.582.975,23
Rendas de Convênios	60.813,65	120.264,31	112.112,20
Rendas de Comissão	529.302,57	1.149.120,25	836.518,55
Rendas de Cartões	326.020,94	601.643,92	501.214,36
Rendas de Outros Serviços	53.723,73	57.512,72	(9.565,16)
TOTAL	2.367.121,87	4.690.047,91	4.023.255,18

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	120.559,10	171.716,90	2.947,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	11.755,80	26.772,61	58.897,83
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	12.340,05	26.475,25	20.554,61
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	669.450,52	1.173.785,30	820.536,22
TOTAL	814.105,47	1.398.750,06	902.935,66

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(41.580,00)	(79.170,00)	(70.500,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(419.142,58)	(746.537,41)	(702.913,88)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(915.222,15)	(1.687.773,62)	(1.295.473,80)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(783.945,99)	(1.461.127,13)	(1.208.299,31)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.945.709,19)	(3.760.066,77)	(2.989.642,91)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(29.331,92)	(46.063,10)	(33.834,25)
TOTAL	(4.134.931,83)	(7.780.738,03)	(6.300.664,15)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(40.133,20)	(96.968,10)	(113.010,65)
Despesas de Aluguéis	(319.457,30)	(648.652,18)	(537.499,43)
Despesas de Comunicações	(310.029,90)	(589.937,76)	(520.200,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(511.794,96)	(515.388,88)	(309.630,11)
Despesas de Material	(30.783,22)	(64.118,36)	(30.982,21)
Despesas de Processamento de Dados	(395.126,82)	(752.386,45)	(692.827,03)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(101.648,45)	(165.200,70)	(102.836,10)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(45.209,46)	(93.292,47)	(79.881,83)
Despesas de Seguros	(65.107,61)	(121.202,15)	(87.789,37)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(839.223,00)	(1.554.383,57)	(1.275.481,24)
Despesas de Serviços de Terceiros	(432.341,79)	(952.327,64)	(734.114,32)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(295.610,63)	(601.981,94)	(471.521,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(135.035,81)	(221.175,59)	(176.572,65)
Despesas de Transporte	(163.610,78)	(331.248,87)	(339.742,09)
Despesas de Viagem no País	(37.254,53)	(59.319,14)	(29.308,88)
Despesas de Amortização	-	(17,50)	(1.687,21)
Despesas de Depreciação	(91.018,36)	(180.469,65)	(162.833,70)
Outras Despesas Administrativas	(521.478,86)	(1.009.149,21)	(957.031,86)
TOTAL	(4.334.864,68)	(7.957.220,16)	(6.622.950,97)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(1.334,86)	(25.358,08)	(17.554,24)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(60.673,95)	(72.306,00)	-
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	(5.845,32)	(58.818,97)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(22.514,21)	(41.287,60)	(39.879,85)
TOTAL	(84.523,02)	(144.797,00)	(116.253,06)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	114.691,28	583.791,84	80.239,26
Distribuição de sobras da central	-	41.678,75	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	13.257,16	25.670,31	34.360,50
Outras rendas operacionais	661,89	6.301,23	63.199,84
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	404.561,66	823.176,55	778.488,07
Juros ao Capital Recebidos da Central	242.403,17	242.403,17	59.703,05
TOTAL	776.575,16	1.723.021,85	1.015.990,72

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(348,83)	(5.141,06)	(2.053,02)
Outras Despesas Operacionais	(59.384,84)	(101.909,53)	(70.967,74)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(51.483,68)	(75.038,06)	(11.447,68)
Outras Contribuições Diversas	(816,00)	(1.432,00)	(764,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(20.062,55)	(81.875,83)	(44.527,44)
Perdas - Fraudes Internas	-	-	(105.093,71)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(19.125,78)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(178.617,44)	(344.768,12)	-
TOTAL	(310.713,34)	(610.164,60)	(253.979,37)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(10.448,94)	(10.448,94)	(3.500,00)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(2.161,13)	(2.161,13)	-
Provisões para Contingências	(8.287,81)	(8.287,81)	-
Provisões para Contingências - Sucumbências	-	-	(3.500,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(70.645,28)	(114.199,97)	(31.792,80)
Provisões para Garantias Prestadas	(181.839,31)	(308.761,47)	(162.012,55)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	111.194,03	194.561,50	130.219,75
TOTAL	(81.094,22)	(124.648,91)	(35.292,80)

RELATÓRIO ANUAL

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	4.470,00	4.470,00	-
Ganhos de Capital	48.508,86	63.595,26	38.371,69
(-) Perdas de Capital	(56.935,23)	(56.935,23)	-
TOTAL	(3.956,37)	11.130,03	38.371,69

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.135.740,66	1,0692%	3,00
TOTAL	2.135.740,66	1,0692%	3,00
Montante das Operações Passivas	245.455,84	0,2354%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Aplicações Financeiras	0,2354%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	2.137.908,62	21.379,09	35,7050%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.563.950,29	2,6203%	0%
Depósitos a Prazo	873.424,39	0,8396%	1,1272%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,9900%	12,47
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,9975%	46,06

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	2.137.908,62

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	48.555,70	355.605,54

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(125.643,51)	(203.011,24)	(192.822,88)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(419.142,58)	(746.537,41)	(702.913,88)

34.2 Cooperativa Central

A SICOOB COOPERAC, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

RELATÓRIO ANUAL

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERAC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	587,12	704,07
Ativo - Investimentos	2.260.706,75	1.778.998,81
Total das Operações Ativas	2.261.293,87	1.779.702,88

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rateio de Despesas da Central	(253.283,97)	(493.520,83)	(550.256,14)
Total das Despesas	(253.283,97)	(493.520,83)	(550.256,14)

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites: <Tabela Manual>

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	20.251.494,65	14.821.466,46
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	136.039.219,77	106.356.266,45
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	14,89%	13,94%
Imobilizado para cálculo do limite	1.140.284,15	1.113.168,82
Índice de imobilização (limite 50%) %	5,63%	7,51%

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

RELATÓRIO ANUAL

- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

Ribeirão Preto/SP, 31 de dezembro de 2022.

Cesar Augusto Campezz Neto
Diretor Presidente

Fernando Guglielmelli da Silva
Contador
CRC:1SP251999/O-4

RELATÓRIO ANUAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Cooperac, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, constata estarem os mesmos em perfeita ordem e é de Parecer que estes devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Ribeirão Preto, 31 de janeiro de 2023.

Fernando Antonio Ramalheiro - Conselheiro Fiscal
Marcio Pessolo dos Santos - Conselheiro Fiscal
Moisés de Souza Andrade - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac** (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Cooperac** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 10 de fevereiro de 2022.

CONAUD - AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP022311/O-8

Luiz Cláudio Gaona Granados
Contador CRC 1SP118.402/O-3





Ribeirão Preto

Rua São Sebastião, 675
Avenida Saudade, 838
Avenida Dom Pedro I, 642
Avenida Nove de Julho, 791
Praça Bonfim, 216 - Bonfim
Paulista

Luiz Antônio

Rua Manoel Francisco, 145

Taquaritinga

Rua Prudente de Moraes, 661

Canal de
Apoio ao
Cooperado



@sicoobcooperac
www.cooperac.com.br